



KEPHAS: TERRITÓRIO E PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO

KEPHAS: TERRITORY AND LANDSCAPE IN TRANSFORMATION

KEPHAS: TERRITORIO Y PAISAJE EN TRANSFORMACIÓN

Patrícia Spindler

Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS, Brasil

Ana Cleia Christovam Hoffmann

Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS, Brasil

Resumo

Este estudo analisa a saúde mental em territórios periféricos articulando cultura, arte e políticas intersetoriais. Foca-se no Programa *Colorindo Caminhos*, desenvolvido na comunidade Kephass, em Novo Hamburgo/RS, uma área marcada por exclusão social e urbana. Com abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e pesquisa de campo, compreendeu-se de que forma práticas artísticas contribuem para o fortalecimento da identidade local, do pertencimento e do cuidado. Os resultados evidenciam que a intersectorialidade promoveu saúde mental tanto para servidores quanto para os moradores. Conclui-se que a arte opera como dispositivo de transformação social, subjetiva e territorial, sendo fundamental no pós-pandemia e no enfrentamento das desigualdades.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Arte. Saúde Mental.

Abstract

This study analyzes mental health in peripheral territories by articulating culture, art, and intersectoral policies. It focuses on the Program *Colorindo Caminhos*, developed in the Kephass community, in Novo Hamburgo, RS – an area marked by social and urban exclusion. Using a qualitative approach, literature review, and field research, the study explores how artistic practices contribute to strengthen local identity, a sense of belonging, and collective care. The results show that intersectorality promoted mental health for both public service workers and residents. The study concludes that art functions as a tool for social, subjective, and territorial transformation, playing a key role in the post-pandemic context and in addressing inequalities.

Keywords: Intersectorality. Art. Mental Health.



Resumen

Este estudio analiza la salud mental en territorios periféricos, articulando cultura, arte y políticas intersectoriales. Se centra en el Programa *Colorindo Caminhos*, desarrollado en la comunidad Kephas, en Novo Hamburgo/RS, una zona marcada por la exclusión social y urbana. A partir de un enfoque cualitativo, con revisión bibliográfica y trabajo de campo, se investigó cómo las prácticas artísticas contribuyen al fortalecimiento de la identidad local, el sentido de pertenencia y el cuidado colectivo. Los resultados evidencian que la intersectorialidad promovió la salud mental tanto de los trabajadores como de los residentes. Se concluye que el arte actúa como un dispositivo de transformación social, subjetiva y territorial, siendo fundamental en el contexto pospandémico y en el enfrentamiento de las desigualdades.

Palabras clave: Intersectorialidad. Arte. Salud mental.

Introdução

Este estudo é um desdobramento da experiência no Programa Colorindo Caminhos, uma iniciativa intersectorial voltada à promoção da saúde da população de um bairro periférico do município de Novo Hamburgo-RS. Compreendendo a saúde de modo integral, o programa viabilizou não apenas ações de assistência médica, mas também voltadas à saúde mental e bem-estar, como atividades culturais e artísticas e momentos de convívio social.

Pensar em saúde através da cultura é transversalizar saberes, rompendo com disciplinas que pouco dialogam: é se aproximar do paradigma estético como entendimento do mundo e sobre ele. Problematicar o território a partir da intersectorialidade nas políticas públicas é forjar o conhecimento, perspectivando o saber. Assim, ser uma doutoranda trabalhadora das políticas culturais e pesquisar interlocuções transdisciplinares é uma oportunidade de unir duas práticas. Primeiro, como integrante do quadro da Secretaria de Segurança do município, trabalhando com saúde do trabalhador dos servidores da segurança pública. Segundo, por meio da Secretaria de Cultura, foi possível compor o grupo de trabalho do Programa Colorindo Caminhos desde a elaboração da proposta.

Este trabalho tem como objetivo investigar a relevância de práticas intersectoriais na promoção da saúde mental em territórios vulneráveis, tomando como base a experiência do Programa Colorindo Caminhos, desenvolvido na comunidade Kephas. A pesquisa busca compreender como a articulação entre saúde, cultura, arte e políticas públicas pode atuar como instrumento de cuidado,



pertencimento e transformação social. Além disso, o estudo propõe refletir sobre o papel da arte como forma de intervenção subjetiva e coletiva, capaz de reconfigurar a paisagem urbana e fortalecer identidades locais. Nesse sentido, a proposta é problematizar de que forma a articulação entre arte, cultura e políticas públicas intersetoriais pode contribuir para a promoção da saúde mental e o fortalecimento do sentimento de pertencimento em territórios periféricos vulneráveis como o Kephas.

Por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, o trabalho evidencia a necessidade de atenção à saúde mental dos trabalhadores no contexto pós-pandêmico, bem como analisa o processo histórico e socioterritorial da ocupação Kephas, compreendendo-a como território em suas dimensões física, social e existencial. Considerando que há um “vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov, 2013, p. 70), este estudo adota o método qualitativo, salientando o processo em curso.

Em virtude da complexidade e das características do objeto de estudo, adotou-se a pesquisa de campo com observação participante e não participante como técnicas para a coleta de dados. Observar os fenômenos espontâneos para coletar dados, registrar as variáveis relevantes e realizar as análises foram etapas contempladas durante esse percurso. Em paralelo à pesquisa bibliográfica, “o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação” (Gil, 2008, p. 57). Assim, o Programa Colorindo Caminhos foi estudado na medida em que foi sendo concebido e acontecendo no território através das intervenções organizadas com a comunidade e propostas para acontecerem no território.

Kephas, ocupação transformada em território

A vila Kephas é um território do bairro Diehl, que faz divisa com o bairro São José, localizado no centro-norte da cidade de Novo Hamburgo¹, no estado do Rio Grande do Sul. Está situado na região do Vale dos Sinos, onde a indústria coureiro-calçadista gerou um crescimento exponencial nos anos 1970, marcando o êxodo rural. Com políticas públicas inconsistentes e pouco elaboradas à época, formou-se

¹A cidade de Novo Hamburgo possui extensão territorial de 222,536 km². Os bairros Diehl e São José possuem áreas de 1,75 km² e 1,57 km², respectivamente (IBGE, 2024).



nesse local um território de vulnerabilidades sociais. Na ocasião, a população local era composta, predominantemente, de operários, com mão de obra não qualificada, vivendo de subempregos ou atuando em serviços gerais e na construção civil. Cerca de um terço dos habitantes eram analfabetos e quase metade tinham somente até o quarto ano fundamental. As moradias, extremamente precárias, eram construídas com sucata de material no lugar denominado “Faixinha”: espaço que circundava a rodovia RS-239 e segregava a localidade do restante da cidade. O Kephas, portanto, é uma região afastada do centro, com uma circunscrição apartada dentro do município.

O loteamento Projeto Kephas² surgiu em 1978, com uma população que buscava emprego e melhores condições de vida. Planejado no governo de Eugênio Nelson Ritzel (1978-1982), é um marco na política de habitação do município (Santos e Strohaecker, 2024). A iniciativa “João-de-barro” previa a construção de residências populares pelos próprios beneficiários. O empreendimento, apoiado pelo antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), se efetivou no primeiro mandato de Atalíbio Foscarini (1982-86), com 400 famílias envolvidas na construção de suas casas na forma de mutirão. O inusitado³ foi que os participantes não sabiam de quem seria a casa que erguiam: assim, todos se dedicavam à construção porque a casa da vez poderia ser a sua.

Em suas singularidades, o cenário urbano considerado neste estudo é a periferia da cidade. Por periferia, entende-se, conforme Kowarick (1979, p. 31), “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”. Aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel, são chamados de grupos sociais excluídos, conforme Corrêa (1989). Como um dos mais significativos sintomas da exclusão na sociedade capitalista, junto ao desemprego, doenças e subnutrição, resta à situação social dos grupos excluídos moradias como cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as favelas.

²A Lei nº 22 de 1980 denominou como “Projeto Kephas” a área destinada à implantação e loteamento de cunho social (Novo Hamburgo, 1980).

³Acervo da Diretoria de Habitação da prefeitura de Novo Hamburgo.



Como no caso do Kephas, as casas em sistemas de autoprodução em loteamentos periféricos são produzidas às custas de muito sobretrabalho. Não tornando a população excluída em agente modelador do espaço urbano e reforçando o mito da sociedade amorfa, segundo o qual a sociedade civil seria frágil, gelatinosa, de maneira que as camadas populares seriam incapazes de gerir os bens e serviços urbanos de caráter básico, tais como transporte, saneamento, habitação etc. (Kowarick, 1979). Sem que possam defender seus interesses, os mais pobres se afastam para os espaços distantes dos lugares com maiores investimentos, o que gera, por exemplo, a especulação imobiliária por parte dos mais ricos, que se firmam, esses sim, como agentes modeladores do espaço urbano. Esse ciclo gera o fenômeno da espoliação urbana, definido como:

o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (Kowarick, 1979, p. 59).

O mutirão de construção das casas é algo que pode ser considerado virtuoso por fomentar a cidadania. No entanto, deve-se perceber criticamente que o capitalismo forja a superexploração do trabalho. O sistema de autoconstrução das moradias prolonga a já extensa jornada de trabalho daqueles que integraram o mutirão de construção. Ele reproduz a força de trabalho a baixos custos para edificar moradias desprovidas de infraestrutura básica, em áreas de reduzida habitabilidade. Construídas por trabalhadores não especializados (Kowarick, 1979) e com materiais de baixa qualidade, as casas podem se deteriorar facilmente, exigindo reparos constantes. Assim, a economia da região dilatou a pauperização dos trabalhadores, gerando consequências como a crescente violência urbana que se reflete nos índices de violência, conforme dados do Observatório de Segurança do município (Novo Hamburgo, [2017-2023]⁴).

Há uma ideologia segundo a qual as camadas populares não seriam qualificadas para participar de processos decisórios e contribuir para as políticas voltadas à sociedade como um todo (Kowarick, 1979). Essa postura elitista e autoritária procura negar como a sociedade brasileira se constrói através de

⁴Dados obtidos sob consulta ao Observatório de Segurança de Novo Hamburgo ([2017-2023]).

importantes movimentos de reivindicações populares para a conquista de direitos, inclusive das políticas públicas que se aprimoraram no decorrer das décadas finais do século XX, quando o Kephas e tantos outros espaços parecidos se instalaram (ou seria espalharam?) na urbanidade.

Surgido de um projeto municipal vinculado a um programa do governo federal, o Kephas atualmente é uma área de extrema carência socioeconômica e de infraestrutura. Noticiado pelas mídias locais e nacionais como um estereótipo não diferente de muitas das regiões periféricas do país, onde impera o conjunto das violências: social, física, patrimonial, sexual, psicológica, moral, escolar, política, institucional, de gênero, doméstica, familiar e coletiva. Essas caricaturas estigmatizam territórios pauperizados, reforçando as hierarquizações e segregações socioespaciais (Oliveira; Zuchetti; Marques, 2023).

No entanto, de acordo com Corrêa (1989), “a produção de sua própria moradia em favelas, ocupações de áreas públicas ou privadas constitui-se em ações de resistência e sobrevivência ao mesmo tempo, pois, a despeito de outros agentes, modela o espaço de forma independente”. O mutirão passa então, a ser uma forma de se instalar no espaço de maneira a ocupá-lo com urbanidade e dignidade. A palavra “mutirão” tem origem no termo tupi *moty’rõ*, que significa “trabalho em comum” que, de acordo com Navarro (2005, p. 422), designa a iniciativa coletiva, de ajuda mútua, de um trabalho não remunerado para que todos os participantes sejam beneficiados, por revezamento, sem hierarquia.

Arte como possibilidade de transformação social

Atualmente, lambe-lambes foram espalhados de forma autônoma pela cidade: um tipo de manifestação artística⁵ que defende o acesso de todos ao direito à arte e à cultura. Problematicando o espaço urbano com o enunciado “capital nacional do passado”, zeligue⁶ ([202-]) ironiza o ocaso da indústria calçadista. O artista acena para os rastros deixados no que Guattari (2012) denomina cidade subjetiva, engajando tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis coletivos.

⁵Obra do artista zeligue, que divulga algumas de suas produções no Instagram com o perfil @undernoya.

⁶É importante notar que o próprio artista propõe a grafia do nome do nome adotado com inicial minúscula.



Coletivo é entendido como uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao social e aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica dos conjuntos bem circunscritos (Barros, 1996). Essa noção de coletivo busca romper com dicotomias entre indivíduo-grupo, grupo-sociedade, entendendo a subjetividade como processo, conectada com a multiplicidade ao invés da unidade, com a heterogeneidade e a fragmentação em detrimento da homogeneidade e da totalização (Barros, 2009). Assim sendo, a subjetividade não pode ser confundida com o indivíduo, pois ela vai na direção da criação e da singularização. Assim, os processos de subjetivação promovem novos modos de existir e conexões, não somente entre pessoas diferentes, como também entre modos de existencialização diferentes, deslocando-se das cristalizações (Barros, 1996). É nesse sentido que abrir-se a experimentações produz linhas imprevisíveis que possibilitam captar a multiplicidade e a coletividade para inventar outros modos de existir.

A arte é um dos dispositivos que provocam, no contemporâneo, o desassossego necessário para criar novos arranjos subjetivos. Tal como Stern (1992) conceitua o “self emergente”, para Guattari (2012, p. 16) a ideia é engendrar a “subjetividade em estado nascente que não cessaremos de encontrar no sonho, no delírio, na exaltação criadora, no sentimento amoroso”. Esse caráter processual e criativo da subjetividade se dá a partir das atividades humanas coletivas e passa por seus espaços construídos.

Com o entendimento de que a sociedade e a paisagem urbana se constroem mutuamente, é possível compreender que, para Guattari, “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (2012, p. 150). Quando a paisagem urbana (Nobre, 2007) é tratada com propriedade, entendendo o espaço enquanto síntese do trabalho humano sobre o suporte natural, é possível verificar a sociedade se desenvolvendo. Segundo Lima (2001, p. 136), é a partir dessa compreensão que:

[o] Plano Diretor abandona o ideal de construção da cidade harmônica preconizada pelo urbanismo racionalista [...] e se dirige à cidade real – lugar de conflitos, contradições e interesses antagônicos, mas também lugar de interesses convergentes, da participação social e da solidariedade.

Essa paisagem é materialidade (Santos, 1988), formada por objetos materiais e não-materiais. Nela, a vida é sinônimo de relações sociais que não são possíveis

sem a materialidade. A materialidade construída será fonte de relações sociais, que se dão por intermédio dos objetos que podem ser sujeitos dessas relações. Assim, uma única rua pode servir a diferentes funções em distintos momentos. E é nessa paisagem que se compõem os territórios existenciais que são os indivíduos e as coletividades da paisagem urbana, que também é subjetiva.

A subjetividade é ampla, não podendo ser totalizada ou centrada no indivíduo. Ela é “essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 31). Ela é um processo estético que promove uma heterogênesse de si, rompendo com a lógica dicotômica que estabelece a fronteira entre o interior com o exterior. Ou seja, a subjetividade não é determinada por instâncias “cristalizadas em complexos estruturais”, mas é criada do mesmo modo que “um artista plástico cria novas formas a partir da palheta de que dispõe” (Guattari, 2012, p. 17). Trata-se da subjetividade em estado nascente.

Colorindo Caminhos e a pandemia - “Inspirar pessoas e transformar lugares”

O Programa Colorindo Caminhos⁷ teve início em abril de 2021, no contexto da pandemia da Covid-19⁸ com a preocupação de cuidar da comunidade e de quem a cuida nos serviços públicos, ou seja: as trabalhadoras e trabalhadores. Diferentes ações foram propostas por meio da arte e da cultura com o objetivo de movimentar a cidade em direção ao sentimento de pertencimento da comunidade e dos servidores que lá atuam. Voltar a habitar os espaços da cidade e circular nas ruas e lugares de convívio social, após um período de reclusão e extrema dificuldade, pavor, sofrimento físico e psíquico, foi uma intenção necessária e urgente.

A reconstrução pós-desastres e emergências de saúde pública envolvem ações no campo da saúde mental e atenção psicossocial. Para lidar com as demandas da população afetada, foi necessário operar por diferentes frentes, tais como: respeitar e reforçar o papel central do poder público nesse processo; fortalecer as equipes locais; coordenar os diversos atores e setores envolvidos na resposta e na reconstrução; considerar a revisão e a atualização de políticas,

⁷Ver a matéria de Vallejos (2024), no Jornal ABC.

⁸O Programa Colorindo Caminhos decorreu, principalmente, do contexto social de pandemia da Covid-19 (OPAS; OMS, 2019), durante as primeiras etapas de flexibilização do convívio social em 2022.



protocolos e planejamentos relacionados às estratégias de saúde mental e atenção psicossocial; considerar a Rede de Atenção Psicossocial como um todo, bem como sua interface com outros setores que compõem uma Rede Ampliada; propor formações, treinamentos e processos de educação permanente em SMAPS (Intervenções Recomendadas em Saúde Mental e Apoio Psicossocial) para os diferentes setores: SUS, SUAS, SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil), Educação, entre outros; monitorar, avaliar e publicizar lições aprendidas e projetos-pilotos; divulgar resultados e informações sobre as ações empreendidas (Fiocruz, 2022).

Segundo Westphal (2000), a retomada da ideologia sanitarista aconteceu na década de 1970, quando a medicina curativa, por seus altos custos tecnológicos, entrou em crise. A “nova saúde pública” concluiu que a medicina curativa não resolveria os problemas de saúde, apontando para a necessidade de articular outros campos do conhecimento, como urbanismo, habitação, meio ambiente, cultura, transporte, educação, lazer.

A distribuição dos riscos à saúde se alterou na pandemia da Covid-19, prejudicando a população que já era mais vulnerável, bem como os trabalhadores que atuaram no seu enfrentamento. Essa distribuição desigual do risco também afetou os territórios com menor preparação e serviços para atender à população, como ocorre em situações de desastres e emergências em saúde pública em geral.

Como a saúde do trabalhador foi um dos maiores desafios desse período, o Colorindo Caminhos foi construído por muitas mãos para que os servidores públicos do município pudessem reorganizar suas vidas cotidianas no trabalho. A organização do programa contou com os trabalhadores das secretarias municipais da Cultura, Saúde, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Segurança, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer. Aderindo à participação e gestão compartilhada, construíram-se de forma intersetorial e transversal as propostas e práticas que foram realizadas e perduram até o momento atual.

Intersetorialidade

Após a publicação do Informe Lalonde, no Canadá, em 1974, a Organização Mundial da Saúde (OMS) “deu início a uma série de conferências internacionais para



divulgar o novo conceito de promoção da saúde” (Hermeto, 2009, p.150). Essas conferências culminaram na I Conferência Internacional sobre Saúde, em Ottawa, no Canadá, em 1986, enfatizando a intersectorialidade, onde o conceito de saúde como bem-estar transcende o setor saúde, de acordo com Hermeto (2009). Sobre o conceito de saúde, o autor complementa: “as condições e requisitos para a saúde são: paz, educação, alimentação, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade” (Buss *apud* Hermeto, 2009, p.150).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, [2023]), saúde mental é um estado de bem-estar emocional, psicológico e social de um indivíduo ou grupo, que o possibilita usar habilidades próprias para lidar com o estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. A saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Ela se refere ao campo da vida de uma pessoa enquanto a uma complexa gama de conhecimentos e cuidados que não se limita à psicopatologia ou à semiologia, tampouco ao tratamento dos transtornos mentais. Portanto, não se limita apenas ao viés individual, mas compreende um conjunto de fatores relacionados, como a garantia dos direitos, políticas públicas e acesso a quem cuida. Hardt e Negri (2001) relatam que os serviços de saúde se baseiam essencialmente em cuidados e em trabalho afetivo. Para os autores, esse “trabalho é imaterial, mesmo quando físico e afetivo, no sentido de que seus produtos são intangíveis, um sentido de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão” (p. 313).

E a intersectorialidade é definida por Junqueira (1997, p. 37) da seguinte forma:

[...] a intersectorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

Nesse sentido, o encontro entre trabalhadores com variadas experiências, carreiras e ideias qualificou o trabalho com as pessoas do território Kephas, tanto no espaço em que exercem suas atividades como em suas próprias vidas.

É nos territórios que a intersectorialidade se materializa como condição essencial para a implementação de serviços públicos integrados, como resposta à multidimensionalidade da pobreza e à segregação socioespacial. Assim,



territorialidade e intersetorialidade potencializam as intervenções públicas, ampliando possibilidades e efetividade das ações integradas e desenvolvidas através da construção de diagnósticos, programas, ações e com responsabilidades compartilhadas (Paz; Taboada, 2010). A partir disso, a cultura, a saúde e a saúde mental puderam dar as mãos, se aproximando e permeando o fazer com a comunidade, para a comunidade e na comunidade. O Kephas, “apartado” do centro da cidade, foi o território onde o Colorindo Caminhos foi construído como espécie de condição de fazer cultura. Afinal, a cultura permitiu a sobrevivência na pandemia. No entanto, era importante saber qual o papel da cultura no pós-pandemia. Foi esse o levantamento que o Colorindo Caminhos buscou realizar.

O Colorindo Caminhos procura promover um olhar e escuta atentos e cuidadosos para a comunidade e para o servidor público, reforçando a importância das pessoas e o reconhecimento do sentido do trabalho, através de ações de afeto e de convívio social. O Programa está alinhado com o que diz Rancière (2018)⁹:

Não tenho programas e nem receitas para a criação de um movimento revolucionário. Só digo que uma política de emancipação existe sob a forma da interrupção de um tempo normal ou talvez também de uma fenda, de uma ilha ou oásis que se faz dentro do tecido normal das relações sociais. Trata-se de um oásis não só de resistência, mas também de autonomia, de criação de vidas autônomas em relação à lógica dominante. Podem ser espaços de tipo cooperativo de produção, novas formas de ensino, novas maneiras de organizar a vida.

Pensar saúde através da cultura ou de políticas culturais é tensionar uma divisão artificial estabelecida entre disciplinas. De acordo com Costa (2016), “na história da filosofia, por exemplo, muitos foram os que negaram qualquer relação entre saber e arte: a arte não possuiria em si qualquer espécie de conhecimento, qualquer possibilidade de verdade”. Desde Platão, romper com esses dogmas exige esforço e coragem, pois há uma hegemonia que dita a arte como um saber menos relevante em relação à ciência. Este trabalho vai ao encontro do pensamento de Guattari (2012, p. 117) que destaca que:

não estamos nos referindo à arte institucionalizada, às suas obras manifestadas no campo social, mas a uma dimensão de criação em estado nascente, perpetuamente acima de si mesma, potência de

⁹As citações diretas de Rancière (2018) foram extraídas de uma entrevista do autor traduzida e publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos em formato eletrônico não paginado.



emergência subsumindo permanentemente a contingência e as vicissitudes de passagem a ser dos universos materiais.

Essa criação em estado nascente é a subjetividade incipiente que permite que os territórios existenciais se desterritorializem e se reterritorializem como possibilidade de reinvenção dos modos de existir, de trabalhar e de viver.

Para Dejours (1986, p. 11),

a saúde é a liberdade de dar ao corpo o direito de repousar, de cuidar, de tratar, de se relacionar, de comer quando tem fome, de desejar. Esse desejo tem no ato de trabalhar uma ingerência fundamental para agir individualmente ou coletivamente sobre a organização do trabalho, ou seja, sobre o conteúdo do trabalho, a divisão das tarefas, a divisão dos homens e as relações que mantêm entre si”.

Assim sendo, é de extrema importância que a saúde mental seja promovida para que os processos de trabalho aconteçam de forma mais saudável. Assim, a saúde mental, especificamente, necessita ser fomentada para que as pessoas e suas equipes se sintam cuidadas e protegidas para trabalhar com mais capacidade e condições. Isso significa reconhecer e valorizar as trabalhadoras e trabalhadores. Afinal, conforme os autores Gernet e Dejours (2011, p. 63), “cada regra de trabalho tem não só uma perspectiva técnica, mas também uma regra social, na medida em que ela organiza o ‘viver junto’. Trabalhar, portanto, não é somente produzir, é também viver junto”.

Com estes propósitos, uma série de iniciativas foram levadas ao território a partir de um mutirão para uma pesquisa denominada Marco Zero, feita com a comunidade através de um formulário elaborado pelo grupo de trabalho do Programa Colorindo Caminhos para dialogar e identificar hábitos, interesses, talentos comunitários, lideranças e possíveis parceiros. Com tais informações e com muitos diálogos, o grupo de trabalho criou diferentes intervenções, tais como: ações e atividades para promoção do autocuidado e da saúde mental; oficinas de audiovisual, através da fotografia na primeira etapa do programa; banners com fotos da comunidade para a confraternização de natal da cidade; pesquisa e debates sobre a escolha das histórias do bairro e das famílias a serem contadas pelo olhar das agentes comunitárias de saúde que atuaram, o tempo todo, como lideranças,

guiando a equipe no território; a proposta de um documentário a ser realizado para contar a história do Kephas a partir do olhar dessas agentes.

Uma das propostas feita pelo grupo de trabalho foi o evento “Uma tarde especial”, no Teatro Municipal Paschoal Carlos Magno, onde o programa foi apresentado a servidores de todas as secretarias da Prefeitura que foram convidados a conhecer melhor o projeto e ter um espaço/tempo de cuidado com a saúde mental. Com aproximadamente duas horas de duração, a atividade incluiu diferentes momentos: a abertura, realizada pela orquestra de cordas da cidade; uma conversa e debate sobre saúde mental do trabalhador com uma psicóloga servidora; atividade de alongamento e relaxamento corporal com uma educadora física, também servidora; e a apresentação de um projeto semelhante desenvolvido em outro território, com a exibição de um filme de curta-metragem sobre os processos de valorização dos trabalhos exercidos e dos trabalhadores. Também houve uma exposição de fotos de atividades do projeto, realizada para aumentar a visibilidade e o reconhecimento e operar como incentivo à participação dos funcionários nas propostas voltadas para eles como ferramentas de cuidado em saúde mental no trabalho. Essas atividades, ou práticas artísticas, tiveram muita relação com o afeto compartilhado através do envolvimento entre as pessoas promovendo saúde mental no trabalho.

Para Rancière (2018),

é necessário pensar hoje um mundo de espaços libertados no qual se podem fazer buracos, abrir fendas nessa rede aparentemente homogênea. Talvez, hoje, já não possamos pensar a oposição como um conflito de forças, mas, sim, como um conflito entre mundos, entre diferentes construções de formas de experiências sensível, que partem do mais cotidiano.

Foi dessa forma que foram se “colorindo” os caminhos percorridos para o reconhecimento das trabalhadoras e trabalhadores e da importância do seu trabalho na comunidade. Valorizando a sensibilidade que possibilita a recriação da subjetividade. Ou seja, não se é sempre o mesmo, mas há uma capacidade de se reinventar a cada necessidade de se recompor, de se refazer, o que ocorre através da experiência sensível e intelectual, que as autoras Rauter e Resende, salientam:

numa relação de vizinhança com a arte contemporânea, a clínica



talvez possa tornar-se mais capaz de incluir outras formas de expressão para além da verbal, estabelecendo relações de porosidade com o plano das intensidades, das sensações. Porém, dizer que a arte opera no plano das sensações é diferente de dizer que se relaciona com o sentimento psicológico, pois ela nos leva, não a uma exploração de interioridades, mas justamente a sair de nós mesmos (2015, p. 4).

O sentido de clínica aqui faz cruzamento com a arte que auxilia na plasticidade do ser, na produção de sentidos. A arte, enquanto processo criativo, se aproxima muito da maneira como nos desenvolvemos, pois, a existência humana é um processo de infinita transformação. Nossa subjetividade se cria e recria a cada nova etapa, a cada novo momento da vida. Esse é um dos motivos pelos quais a arte e a cultura fazem tanto sentido para sujeitos em obra permanente, eternamente inacabados que só terminam de se “esculpir” quando a vida se encerra. E, ainda assim, restam marcas, registros e afetos que evidenciam o processo, reconhecido através da cultura.

Paralelamente, Rancière (2018) refere que a política é um assunto em que a imaginação é o poder de criar formas. Sobre essa possibilidade da “imaginação no poder”, ele constata que

a maneira como se ocupa uma rua, uma universidade, uma fábrica, cada vez é um novo desafio, e não só invenções ou fantasias. A imaginação entra em ação para construir, delimitar, organizar um espaço, dar outro ritmo ao tempo. É uma faculdade estética, o que não quer dizer que só cria poemas ou imagens, ao contrário, é necessária para encontrar novas organizações políticas.

Por isso que cultura, arte, saúde e trabalho combinam tão bem! Juntos, englobam movimentos individuais e coletivos que regem o que de mais humano há nos seres humanos. Desse modo, conviver, trabalhar, cuidar da saúde mental e física tem a ver com criar novas formas de ser e de habitar no mundo.

As ações propostas desenvolvidas por meio da arte e da cultura com os objetivos de resgatar o potencial criativo e de colocar a cidade em movimento, reforçaram o sentimento de pertencimento da comunidade e dos trabalhadores das políticas públicas. Nesse sentido, o Programa Colorindo Caminhos tem provocado microrrevoluções. Pode-se dizer que ele é um movimento de resistência dentro das políticas públicas, pois todas as trabalhadoras e trabalhadores que fazem parte do programa criam ações, muitas vezes em cooperação com a comunidade no



território. Rancière (2018) salienta que “a subversão social começa quando as pessoas se declaram capazes de fazer aquilo que não são consideradas capazes de fazer”.

A própria intersetorialidade construída de maneira orgânica, junto da satisfação e alegria marcantes das tardes de terças-feiras, quando se reúnem suas trabalhadoras e trabalhadores, com chá, café, guloseimas, abraços, choros, emoções e sorrisos, evidenciam o sentido e o afeto do grupo quando exercem seu ofício. Nego Bispo aponta que “a cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos” (Bispo dos Santos, 2023, p. 8). Pode-se acrescentar o que o autor refere em relação à ideia de envolvimento em contrapartida ao não desenvolvimento. Para ele, “desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade” (2023, p. 30). Ou seja, é no ato de envolver que a compreensão, o comprometimento e a implicação se constroem coletivamente, dando sentido a uma comunidade. É nesse processo que o otimismo das práticas e das transformações ganha corpo na paisagem urbana.

Considerações finais

A promoção da saúde mental de servidores e moradores da comunidade Kephas através do Programa Colorindo Caminhos revela a importância de se compreender o território em suas diversas dimensões. O impacto da Pandemia da Covid-19 na saúde dos trabalhadores foi imenso, intensificando a necessidade de atenção à saúde mental – um dos maiores desafios contemporâneos. O Colorindo Caminhos se insere nesse contexto buscando produzir saúde mental através de práticas culturais, utilizando a arte como forma de intervenção e transformação da paisagem urbana. A história da comunidade, marcada pela ocupação, mutirão e luta por melhores condições de vida, é fundamental para compreender o contexto do programa.

Destaca-se a relevância da intersetorialidade para as políticas públicas, principalmente de saúde mental envolvendo servidores e comunidade. Programas intersetoriais são fundamentais para viabilizar o bem-estar em comunidades vulneráveis, potencializando a relação com o território. O Colorindo articulou atividades culturais e eventos artísticos incentivando o autocuidado, a saúde mental



e o senso de pertencimento, compreendendo a arte como um meio de expressão, comunicação e transformação social capaz de gerar novos arranjos subjetivos, emancipação e autonomia. O Colorindo Caminhos buscou superar desafios como a vulnerabilidade social, a falta de infraestrutura e o estigma da periferia, favorecendo a participação social, o protagonismo da comunidade e a valorização da cultura local.

Dessa forma, quando o Kephas entra em cena com toda sua história, pode-se considerar um território a ser compreendido em suas várias dimensões (Brasil, 2013, p. 14): “território físico” – material, visível e delimitado; “território como espaço-processo” – construído cultural e socialmente, de forma dinâmica; e “território existencial” – referente às conexões produzidas pelos indivíduos e grupos na busca de sentidos para a vida. Na prática, é importante perceber como essas diferentes perspectivas coexistem, se interpenetram e, às vezes, se tensionam. Trata-se de um território de pura complexidade subjetiva. O lugar escolhido para a construção do Programa Colorindo Caminhos, na comunidade e com ela, pois a valorização da cultura local e o fortalecimento da identidade da comunidade são elementos essenciais para um viver mais justo e igualitário.

Referências:

BARROS, R. B. de. Dispositivos em ação: o grupo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, número especial, 1996.

BARROS, R. B. de. Grupos e Produção. *In*: Lancetti, A. *et al.* (org.). **SaúdeLoucura 4**: grupos e coletivos. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, L. A.. Compondo subjetivações biografemáticas: A arte como dispositivo nas práticas em saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [s. l.], v. 8, n. 18, p. 04–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69210>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SPINDLER, Patrícia; HOFFMANN, Ana Cleia Christovam. KEPHAS: TERRITÓRIO E PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 66, N. 066, p. 1-19, Outubro, 2025. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br>



DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, abr./jun. 1986.

FIOCRUZ. Demanda em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - módulo 3 - Curso Nacional de Saúde Mental e Atenção Psicossocial na covid-19: Reconstrução pós desastres e emergências em saúde pública. Coordenação Geral de Maria Fabiana Damásio Passos. Brasília: [Curso na modalidade a distância]. Escola de Governo Fiocruz Brasília. Brasília, 2022.

GERNET, I.; DEJOURS, C. Avaliação do trabalho e reconhecimento. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. p. 59-70.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 11. ed. São Paulo: Record, 2001.

HERMETO, M. P. Habitação saudável: ampliando a atenção à saúde. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 8, p. 47-158, 2009.

IBGE. Novo Hamburgo. *In*: IBGE. **Cidades@ – IBGE**, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/novo-hamburgo.html> Acesso em: 4 de dez 2024

JUNQUEIRA, L. A. P. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade. **Saúde e soc.**, [s. l.], v. 6, n. 2, dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hvM7qCyv5M5wNpWc7xQJjGt/?lang=pt#>. Acesso em 19 fev. 2025.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, P. de. **Natal século XX**: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

NAVARRO, E. A. **Método Moderno de Tupi Antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3. ed. São Paulo: Global, 2005. p.422

NOBRE, P. J. L. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/html/v7n2a12.htm>. Acesso em: 16 dez. 2024.

NOVO HAMBURGO. **Lei nº 22, de 27 de maio de 1980**. Dá denominação de “Projeto Kephas” a área destinada à implantação de loteamento de cunho social, e

SPINDLER, Patrícia; HOFFMANN, Ana Cleia Christovam. KEPHAS: TERRITÓRIO E PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 66, N. 066, p. 1-19, Outubro, 2025. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br>





dá outras providências. Novo Hamburgo: Câmara Municipal, 1980. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pmjer>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. Observatório de Segurança de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo, [2017-2023]. Site institucional: <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/smsp/observatorio-seguranca>. Acesso em: 15 dez. 2024.

OLIVEIRA, T. de; ZUCHETTI, D. T.; MARQUES, P. M. Violência e as produções de “verdades”: (des)encontros discursivos entre as mídias hegemônicas e juventudes do loteamento Kephas (RS). **Cadernos de Pós-graduação**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.22983>. Acesso em: 15 de jan. de 2025.

OPAS. OMS. Saúde Mental. [S. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In: PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Ministério das Cidades. Curso a Distância, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANCIÈRE, J. “A política é imaginação”. [Entrevista cedida a] Melina Balcázar Moreno. Tradução: Cepat. **IHU**, São Leopoldo, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/581209-a-politica-e-imaginacao-entrevista-com-jacques-ranciere>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RAUTER, C.; RESENDE, C. Arte, Clínica e Transdisciplinaridade. **Polêm!ca**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 01-12, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/19362>. Acesso em: 12 de dez de 2024.

SANTOS, E. L. S. dos; STROHAECKER, T. M. Agentes produtores do espaço urbano: o caso do município de Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul. **GEOGRAFIA**, Rio Claro/SP, v. 49, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/17556/12979/93051>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec 1988.

STERN, D. **O mundo interpessoal do bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

VALLEJOS, Giordanna. Colorindo Caminhos: uma celebração comunitária em Novo Hamburgo. **ABC+**. Novo Hamburgo [online], 27 abr. 2024. Comunidade. Disponível

SPINDLER, Patrícia; HOFFMANN, Ana Cleia Christovam. KEPHAS: TERRITÓRIO E PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 66, N. 066, p. 1-19, Outubro, 2025. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br>



em: <https://www.abcmatis.com/brasil/rio-grande-do-sul/vale-do-rio-dos-sinos/novo-hamburgo/colorindo-caminhos-uma-celebracao-comunitaria-em-novo-hamburgo/>
Acesso em: 15 de jan. de 2025.

WESTPHAL, M. F. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 39-51, jan./mar. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/w3bXBFjBdtVR9y73zLLLC6j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez 2024.

Recebido em: 28/02/2025.

Aceito em: 18/05/2025.

Editor responsável: Júlia Maria Hummes.

Patrícia Spindler

Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (RS).
Mestra em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4908418143670393>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4991-3220>

E-mail: patriciaspindler@hotmail.com

Ana Cleia Christovam Hoffmann

Doutora e mestra em Educação (UFRGS). Professora e pesquisadora do curso de Moda e Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (RS)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5514-9545>

E-mail: hofana@gmail.com



Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional. Baseado no trabalho disponível em <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte>. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em <https://seer.fundarte.rs.gov.br/>